

1 ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ PARA INTEGRAÇÃO DA BACIA
2 HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL - CEIVAP DO ANO DE 2006, realizada no dia 19 de outubro
3 de 2006, no auditório da AEDB, em Resende - RJ. Aos dezenove dias do mês de outubro de 2006, com a
4 presença de 46 membros do Comitê para a Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul e 10
5 convidados (conforme relação de presença no final desta Ata) e justificadas as ausências, conforme relação
6 também apresentada no final da Ata, teve início a reunião presidida pelo Presidente do CEIVAP, Sr. Marco
7 Aurélio de Souza (PM Jacareí/SP), com a seguinte Ordem do Dia: 1- Aprovação da ata da reunião anterior; 2-
8 Ações de Gestão/2006; 3- Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Gestão; 4- Mecanismo Diferenciado de
9 Cobrança e Pagamento; 5- Capim Capituva; 6- Produtor de Águas; 7- Informe da Secretaria Executiva do
10 CEIVAP. O Presidente do CEIVAP, Sr. Marco Aurélio de Souza (PM Jacareí/SP) compôs a mesa chamando o
11 Diretor representante da Agência Nacional de Águas -ANA, Sr. Oscar Cordeiro Netto; e os demais integrantes
12 da diretoria do CEIVAP: 1º Vice-Presidente, Sr. Manoel Otoni Neiva (CFLCL/MG); 2º Vice-Presidente, Sra.
13 Vera Lúcia Teixeira (ong Nosso Vale!Nossa Vida/RJ); e Secretária Executiva, Sra. Maria Aparecida Borges
14 Pimentel Vargas (CAT-LEO/MG). Após a execução do Hino Nacional, o presidente do CEIVAP submeteu a
15 Ata da reunião do CEIVAP, de 28/09/06, à apreciação do plenário, a qual foi aprovada, depois de feita a
16 correção solicitada pelo Sr. Marcelo Morgado (CIESP/SP), através de mensagem enviada por e-mail, na qual ele
17 pediu que fosse corrigida sua manifestação, expressa nas linhas de 201 a 204 da Ata, devendo ficar assim: “O
18 Sr. Marcelo Morgado questionou a indicação da Fundação Christiano Rosa para substituir o SEPEA, pois,
19 regimentalmente, a substituição das instituições que perderam sua vaga na composição do CEIVAP, deve ser
20 feita por votação no segmento, algo que entendeu não foi realizado e alertou para o risco legal de não se seguir o
21 regimento.” Na seqüência, o Sr. Marco Aurélio de Souza chamou o técnico de informática da AGEVAP, Sr.
22 Daniel Mendes, para apresentar o fórum de debate virtual, instalado no site do CEIVAP, orientando os membros
23 como acessar e como participar do debate virtual. Depois foi passada a palavra para a Sra. Cláudia Grabher,
24 coordenadora da Campanha de Conscientização para o Uso Racional da Água na Bacia Hidrográfica do Rio
25 Paraíba do Sul, programa de educação ambiental contratado pela AGEVAP, para aplicação de recursos da
26 cobrança pelo uso da água destinados a Ações de Gestão, aprovadas pelo CEIVAP em 2005. A Coordenadora
27 explicou que a Campanha está sendo aplicada em caráter piloto em quatro municípios da bacia (Guaratinguetá,
28 Pinheiral, Nova Friburgo e Cataguases) e ainda em Jacareí, com recursos próprios da Prefeitura. A intenção é
29 que este trabalho seja disseminado por toda a bacia, de forma a se conseguir uma integração regional na área de
30 educação ambiental. A Sra. Cláudia Grabher conclamou todos os membros do CEIVAP a participarem do
31 concurso para escolher a logomarca e o nome-fantasia da Campanha. Informou que a logomarca deverá ser
32 escolhida entre os desenhos feitos pelos alunos das escolas onde está sendo desenvolvida a Campanha.
33 Anunciou, ainda, que a votação para escolha do desenho que será transformado na logo da Campanha, será feita
34 através do “Fórum de Debates” instalado no site do CEIVAP. Em seguida, passou a palavra para a
35 Coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental, Sra. Fátima Casarin (Consórcio BNG2/RJ), para
36 apresentação da minuta de Deliberação CEIVAP que define as orientações para a AGEVAP promover a
37 contratação das Ações de Gestão previstas no programa de aplicação dos recursos da cobrança para o exercício
38 de 2006. Ela iniciou justificando a iniciativa da AGEVAP, repaldada pelas Câmaras Técnicas, de elaborar um
39 Termo de Referência para contratação do Prog.G 06/2006 - Ações de Gestão, de forma a evitar a pulverização
40 dos recursos em programas fragmentados, como ocorrera no ano de 2005. Segundo a Sra. Fátima Casarin, o que
41 a Câmara Técnica de Educação Ambiental sugeriu é que os recursos fossem destinados para a elaboração de um
42 programa para implementação, em etapa posterior, das ferramentas de gestão participativa, que inclui a
43 comunicação, educação ambiental, capacitação, mobilização e sistema de informação qualificada, e realização de
44 um evento de comunicação e divulgação das ações do CEIVAP. A proposta, portanto, é que seja elaborado um
45 Plano Estratégico, com ampla participação de todos os setores interessados, onde fique estabelecida a
46 priorização das ações, com base no PROG G 06/2006 – AGEVAP, e sejam especificados e descritos todos os
47 produtos a serem contratados através de licitação. A representante do Consórcio BNG2 apresentou, para
48 apreciação do plenário, o Programa para Ações de Gestão – PROG G 06/2006, composto por três projetos:
49 Projeto Setorial I- Plano Estratégico para Aplicação das Ferramentas de Gestão Participativa dos Recursos
50 Hídricos (recursos disponíveis: R\$ 55.400,00); Projeto Setorial II – Programa de Implementação e Aplicação
51 das Ferramentas de Gestão Participativa dos Recursos Hídricos, com base no Plano Estratégico (recursos
52 disponíveis: R\$ 210.800,00); Projeto Setorial III – Evento de Comunicação e Publicidade, Divulgação,
53 Mobilização na bacia do Paraíba do Sul (recursos disponíveis: R\$ 50.000,00). A Diretora da AGEVAP, Sra.
54 Eliane Barbosa, explanou sobre o evento previsto no Projeto Setorial III que, na concepção da AGEVAP,
55 poderá ter o formato de um congresso, ou simpósio, ou um fórum das águas que, seja, em sua totalidade, auto-
56 sustentável. De acordo com a Diretora da AGEVAP, deverá ser qualificada uma empresa que ofereça uma
57 modelagem de evento com o objetivo de divulgar o CEIVAP, de forma macro, em toda a bacia, devendo os
58 recursos da cobrança disponíveis serem aplicados em um “módulo principal”, indutor de outros “módulos-
59 atividades” que deverão estar previstos para serem executados com recursos externos (de outras fontes) captados

60 para este fim. O coordenador da Câmara Técnica de Planejamento e Investimento, Sr. Paulo Valverde
61 (CESAMA/MG), reforçou a necessidade de potencializar os recursos e, também, a imagem institucional do
62 CEIVAP. Com relação às ações de gestão previstas no PROG G 06/2006, ele enfatizou a importância de se
63 produzir material didático (mapas, livros, apostilas, CDs, vídeos, apresentações em *power-point*) sobre a bacia
64 do rio Paraíba do Sul e a gestão participativa de seus recursos hídricos, para ser distribuído amplamente, por
65 todas as regiões da bacia. Destacou que esse material deve ser padronizado, e concebido de forma a ter a
66 identidade e a marca do CEIVAP. Em seguida foi apresentada a minuta de Deliberação CEIVAP “*que define as*
67 *orientações para a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia do Rio Paraíba do Sul—AGEVAP promover a*
68 *contratação das ações de gestão previstas no Programa de Aplicação dos recursos financeiros oriundos da*
69 *cobrança pelo uso dos recursos hídricos da Bacia do rio Paraíba do Sul no exercício de 2006*”. Foram
70 propostas algumas alterações na ementa dessa Deliberação, ficando assim: “*Define para a Associação Pró-*
71 *Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP as diretrizes dos projetos*
72 *enquadrados em ações de Gestão, previstas no Programa de Aplicação dos recursos financeiros oriundos da*
73 *cobrança pelo uso dos recursos hídricos da bacia do rio Paraíba do Sul, no exercício de 2006*”. Também foi
74 feita modificação no Artigo 1º, na segunda linha, ficando assim: “*(...) deliberados pela DN CEIVAP 060/2006,*
75 *para as ações de gestão, em conformidade (...)*”. No Anexo à Deliberação CEIVAP em apreciação – Programa
76 Para Ações de Gestão – PROG G 06/2006, nos Projetos Setorial I, II e III, o item **Recursos disponíveis** foi
77 modificado para **Recursos aprovados pela DN CEIVAP nº 60/2006**. Feitas estas alterações, propostas pela
78 Sra. Patrícia Bóson (FIEMG/MG), a Deliberação foi aprovada. Na seqüência, o Presidente do CEIVAP
79 introduziu o item 3 da pauta da reunião, chamando a Diretora da AGEVAP para apresentar o Quinto Termo
80 Aditivo ao Contrato de Gestão nº 14/2004, celebrado entre a ANA e a AGEVAP, alterando o Quarto Termo
81 Aditivo, nas Cláusulas Quarta e Quinta e no Programa de Trabalho – Indicador 5 – Reconhecimento Social. A
82 Cláusula Quarta foi alterada, conforme explicou a Diretora da AGEVAP, porque a Agência Nacional de Águas
83 sinalizou para a necessidade de fazer o repasse da aplicação financeira dos recursos da cobrança para a
84 AGEVAP, através de duas fontes: a 0680 e a 0280. Na Cláusula Quinta, que trata dos recursos humanos, no
85 parágrafo 4º, foi suprimida a palavra **anualmente**, onde está disposto que “a remuneração dos dirigentes e
86 empregados da AGEVAP será estabelecida pela AGEVAP, respeitado o limite de 7,5% dos valores arrecadados
87 **anualmente** com a cobrança” (...) No indicador Reconhecimento Social, onde estava disposto que a “Avaliação
88 dos membros titulares do Comitê (ou por votantes na Plenária) sobre a atuação da AGEVAP”, alterou para “O
89 Resultado será apurado por período de avaliação, por intermédio de metodologia aprovada pelo CEIVAP”.
90 Concluída a apresentação pela Sra. Eliane Barbosa, o presidente do CEIVAP submeteu o Quinto Termo Aditivo
91 à apreciação do plenário. A Sra. Patrícia Bóson solicitou que fosse feita uma correção de pontuação na Cláusula
92 Quinta, colocando entre vírgulas a frase (...) ,**“dos valores arrecadados com a cobrança”,** (...). Feita esta
93 correção, o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Gestão foi aprovado pelo plenário do CEIVAP. Prosseguindo,
94 o Sr. Marco Aurélio de Souza passou a palavra ao Sr. Paulo Valverde, para apresentar a minuta de Deliberação
95 que estabelece “*mecanismo diferenciado de pagamento pelo uso de recursos hídricos*”. Ele relatou que, na
96 última reunião plenária do CEIVAP, foi formado um grupo de trabalho para analisar a questão da instituição de
97 mecanismos de incentivo aos usuários, em razão de investimentos voluntários para ações de melhoria da
98 qualidade, da quantidade de água e do regime fluvial. A minuta de Deliberação, ora apresentada para apreciação
99 do plenário, é resultante do trabalho desse grupo. O Sr. Paulo Valverde salientou que os mecanismos propostos
100 vão beneficiar, indistintamente, usuários públicos e privados; frisou, ainda, que esses mecanismos não irão
101 isentar os usuários do pagamento pelo uso da água; nem implicará em concessão de descontos; mas sim irão
102 permitir que seja deduzido do valor a ser pago pelo uso da água, até 50% dos investimentos feitos, com recursos
103 próprios, em ações que resultem em sustentabilidade ambiental da bacia. O Sr. Paulo Valverde chamou a
104 atenção, também, para o Artigo 4º, que dispõe que a soma dos pagamentos diferenciados de que trata essa
105 Deliberação não poderá exceder a 15% do montante arrecadado com a cobrança pelo uso da água no exercício
106 anterior ao da protocolização dos pedidos. Conforme explicou o representante da CESAMA-JF/MG, deverá ser
107 elaborado um Manual para definição e hierarquização dos empreendimentos que serão habilitados para serem
108 contemplados com o mecanismo diferenciado de pagamento pelo uso da água. O procedimento deverá ser o
109 seguinte: em um ano, os empreendimentos são hierarquizados pelo CEIVAP; no ano seguinte, ele é
110 acompanhado pela AGEVAP, quanto à sua implementação, quanto ao desembolso do usuário naquele
111 investimento aprovado; e no terceiro ano, é concedido o pagamento diferenciado. O Sr. Manoel Otoni Neiva
112 (CFLCL/MG), 1º Vice-Presidente do CEIVAP, ressaltando a competência dos integrantes do grupo que
113 formulou a minuta de deliberação ora em apreciação, convidou o plenário para uma reflexão sobre a seguinte
114 questão: na sua opinião, não se deveria conceder esse incentivo ao usuário, enquanto o empreendimento
115 estivesse em fase de projeto, mas sim quando já estivesse realizado, pois não se deve premiar intenções e sim
116 resultados. A Sra. Eliane Barbosa alertou para o fato de que essa deliberação cria mais uma demanda para a
117 AGEVAP, que terá que acompanhar as obras, que darão direito ao mecanismo diferenciado de cobrança; ela
118 chamou a atenção para o fato de que a AGEVAP já não tem tido condições de atender as demandas atuais,

119 satisfatoriamente. A Diretora da AGEVAP quis se certificar de que a Agência terá recursos para fazer esse
120 acompanhamento, ponderando não haver condições funcionais e estruturais para assumir mais essa demanda,
121 caso não haja provimento de recursos. O Sr. Manoel Otoni Neiva, citando o critério adotado pelo PRODES –
122 Programa Nacional de Despoluição de Bacias Hidrográficas, da ANA, cujo princípio é o da compra de esgoto
123 tratado, pelo qual a verba é liberada depois de comprovado o abatimento na carga de esgoto, propôs que o
124 abatimento no valor a ser pago pelo uso da água, seja feito conforme a carga abatida de esgoto. Dentro desse
125 princípio, o Vice-Presidente do CEIVAP propôs outra redação para o Artigo 8 da Deliberação, dessa forma: **O**
126 **usuário só será beneficiado, após a conclusão da ação aprovada pelo CEIVAP e atestada pela AGEVAP.**
127 O representante da Agência Nacional de Águas, Sr. Wilde Gontijo, ponderou que é difícil, até mesmo para a
128 ANA que tem a estrutura necessária para isso, atestar o resultado do investimento, no caso de instalação de
129 Estações de Tratamento de Esgoto (abatimento de DBO) – o que ele considera ser uma tarefa praticamente
130 impossível de ser executada pela AGEVAP. Então, o representante da ANA sugere que se dê um crédito à
131 empresa investidora, acreditando que a obra concluída estará trazendo os resultados esperados. A Sra. Maria
132 Cristina Yuan (IBS/RJ) propôs que se mantivesse a redação do Art. 8º como está, e fizesse constar do Manual
133 Operativo, como critério nº 1 para hierarquização dos empreendimentos que poderão pleitear pagamento
134 diferenciado, o prazo previsto para conclusão da obra. Pela proposta da representante do IBS, aqueles projetos
135 que já apresentassem a conclusão da obra teriam prioridade. Ela exemplificou assim: o usuário empreendedor
136 que está em fase de conclusão da obra neste ano e, no ano seguinte, protocoliza o pedido de pagamento
137 diferenciado, sua proposta deve receber uma pontuação maior e, portanto será priorizada. Diante da proposta da
138 Sra. Cristina Yuan, a Sra. Aparecida Vargas fez o encaminhamento de que o Artigo 8º fosse mantido como está,
139 registrando em Ata, que no Manual Operativo deverá constar que as obras já concluídas terão prioridade para
140 serem contempladas com o pagamento diferenciado. O Artigo 8º foi mantido com a seguinte redação, proposta
141 originalmente: *O usuário beneficiado que não concluir a ação aprovada pelo CEIVAP estará sujeito ao*
142 *imediato recolhimento do total de valores considerados como pagamento diferenciado pelo uso de recursos*
143 *hídricos relativos à ação, com incidência de multa sobre o valor nominal acrescida de juro, de acordo com o*
144 *estabelecido no art. 6º da Deliberação CEIVAP nº 65, de 2006.* Proposto pelo Sr. Paulo Teodoro de Carvalho
145 (IGAM/MG) e acatado pelo plenário, foi feito o seguinte acréscimo na redação do Artigo 7º, parágrafo 2º: *A*
146 *AGEVAP deverá informar anualmente ao CEIVAP e à ANA, bem como aos órgãos gestores de recursos*
147 *hídricos dos estados, (...).* Colocada em votação pelo Presidente Marco Aurélio de Souza, a Deliberação em
148 questão foi aprovada. A Sra. Eliane Barbosa pediu que constasse também em Ata, o seu questionamento à ANA,
149 sobre a incidência dos 7,5% para custeio da AGEVAP, sobre o recurso deduzido dos usuários que se
150 beneficiarem do mecanismo diferenciado. A Diretora da AGEVAP entende que o mecanismo de pagamento
151 diferenciado não deveria ser posto em funcionamento, antes que o CEIVAP e a AGEVAP tenham a resposta a
152 essa pergunta. O Diretor da ANA, Sr. Oscar Cordeiro Netto, se comprometeu a consultar a Procuradoria Geral
153 da ANA sobre a questão levantada pela Diretoria da AGEVAP. Dando continuidade à pauta de trabalho, o
154 Presidente do CEIVAP passou a palavra ao Diretor da Agência Nacional de Água, Sr. Oscar Cordeiro Netto,
155 para dar um informe sobre o problema de infestação de macrófitas (capim capitiva) na calha do rio Paraíba do
156 Sul, no trecho paulista. Ele informou que o acúmulo de macrófitas atinge os municípios de Jacareí, São José dos
157 Campos, Caçapava, Tremembé, Pindamonigaba, Potim, Guartinguetá e Lorena. Não foi constatada a presença
158 do capim capitiva no trecho a jusante nem no reservatório de Funil, o que restringe o problema de infestação,
159 por enquanto, ao Estado de São Paulo. Citou como prováveis causas do problema a alta concentração de carga
160 orgânica, em decorrência do baixo nível de tratamento dos esgotos domésticos urbanos, do lançamento de
161 efluentes industriais e da poluição difusa oriunda da drenagem superficial de áreas agrícolas com uso intensivo
162 de fertilizante. O Diretor da ANA ressaltou que o equacionamento desse problema requer a participação de
163 diferentes instituições das diferentes esferas da administração envolvidas com o problema. Considera
164 imprescindível o envolvimento do Governo do Estado de São Paulo (DAEE e CETESB) e dos municípios
165 paulistas da bacia do Paraíba do Sul, bem como do CEIVAP e da AGEVAP. Pelo parecer do Diretor da ANA, a
166 AGEVAP deveria formular um programa de médio prazo para controle de infestação, a ser submetido ao
167 CEIVAP para deliberação de apoio financeiro de ações elegíveis. Ele propõe, ainda, que as ações de curto e
168 médio prazos sejam financiadas com recursos municipais, estaduais, federais e, dependendo do tipo de ação,
169 com recursos da cobrança pelo uso da água. O Sr. Edilson de Paula Andrade (SERHS/SP) manifestou-se sobre
170 os recursos necessários para implementar as ações para acabar com a proliferação de macrófitas, que, segundo
171 ele, são da ordem de R\$ 1 milhão, recursos esse que, no seu entender, poderão ser levantados com as parcerias
172 CEIVAP, FEHIDRO e as prefeituras do trecho paulista atingidas pelo problema. O Sr. Paulo Barcellos
173 (SMA/SP) manifestou sua preocupação com o fato de haver muitos órgãos envolvidos na busca de soluções para
174 o problema. Ele acha que o CEIVAP deve capitanear as ações de enfrentamento desse problema. O Sr. Paulo
175 Jorge Xavier de Souza, representante da FUNDENOR/RJ, relatou que a região de Campos dos Goytacazes (RJ)
176 enfrenta problema semelhante, na região dos canais; ele queixou-se que a região da foz do rio Paraíba do Sul
177 está desassistida. O Sr. Paulo Valverde relatou que também o município de Juiz de Fora (MG) apresenta

178 proliferação de macrófitas na represa João Penido. Ele entende que é preciso estudar melhor as causas dessa
179 proliferação, para agir preventivamente. A Sra. Aparecida Vargas manifesta seu posicionamento de que a
180 reunião de hoje não seria o fórum adequado para decidir sobre investimentos do CEIVAP para solucionar esse
181 problema. Ela esclarece que qualquer aplicação de recurso oriundo da cobrança tem que ser definida a partir de
182 hierarquização do CEIVAP. No seu entender, o caminho certo é incluir essa questão no Plano de Recursos
183 Hídricos que está sendo revisto, para definir o Programa de Aplicação dos recursos da cobrança da arrecadação
184 de 2007. A Sra. Eliane Barbosa adiantou que, além das macrófitas, vai ser incluído no Plano, também, a questão
185 das barragens e o tema Águas e Florestas. A Sra. Patrícia Boson (FIEMG/MG) propôs a criação de grupo de
186 trabalho permanente para discussão do problema das macrófitas em toda a bacia; sobre essa proposta, o Sr.
187 Paulo Valverde adiantou que, na próxima reunião do CEIVAP, as Câmaras Técnicas vão apresentar minuta de
188 deliberação criando o Grupo de Trabalho das Macrófitas, para apreciação do plenário. Dando seqüência à
189 Ordem do Dia, o presidente do CEIVAP passou a palavra ao Sr. Devanir Garcia dos Santos, técnico da ANA,
190 para apresentação do Programa de Melhoria da Qualidade e de Aumento da Quantidade de Água em Mananciais
191 – também chamado “Programa de Incentivo ao Produtor de Água”. O Programa tem por objetivo aumentar a
192 disponibilidade de água na bacia do rio Paraíba do Sul, através da melhoria nas condições de infiltração das
193 águas de chuva nos solos da bacia; reduzir os níveis de poluição difusa rural; difusão do conceito de manejo
194 integrado do solo e da água; garantir a sustentabilidade sócio-econômica e ambiental dos manejos e práticas
195 implantadas, através de incentivos financeiros; e aumentar a participação do setor usuário agrícola na gestão
196 participativa dos recursos hídricos. O coordenador da Câmara Técnica de Planejamento e Investimento, Sr.
197 Paulo Valverde, fez um encaminhamento de que esse Programa não fosse apreciado hoje pelo plenário do
198 CEIVAP, porque as Câmaras Técnicas precisariam de um prazo para analisá-lo. A solicitação do coordenador
199 da CTPI foi acatada. O Secretário executivo do CBH-PS - Comitê do Paraíba do Sul – trecho paulista, Sr.
200 Edilson de Paula Andrade, deu um informe sobre a cobrança pelo uso da água nos rios de domínio do estado de
201 São Paulo, cuja Lei foi aprovada no ano passado, e que terá início em janeiro de 2007. Ele informou que duas
202 unidades hidrográficas de gerenciamento de recursos hídricos do estado de São Paulo acabaram de concluir seus
203 trabalhos de cobrança: a bacia do rio Piracicaba e a bacia do rio Paraíba do Sul. Por unanimidade, o CBH-PS
204 aprovou os mesmos valores para os Preços Públicos Unitários - PPU's definidos pelo CEIVAP, para vigorar a
205 partir de 2007. Segundo o Sr. Edílson de Paula, há algumas pequenas diferenças quanto aos coeficientes
206 ponderadores, de acordo com algumas peculiaridades da Lei de Cobrança paulista. A arrecadação prevista para
207 o primeiro ano de cobrança é de R\$ 3 milhões. Quanto à aplicação dos recursos, ficou definido que 80% dos
208 recursos serão destinados aos municípios, para tratamento de esgoto; e 20% serão investidos em um programa
209 contínuo e duradouro de recuperação de nascentes e matas ciliares. A Sra. Aparecida Vargas informou que foi
210 aprovada, no âmbito da Câmara Institucional e Legal do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a
211 Deliberação do CEIVAP de cobrança das águas transpostas da bacia do rio Paraíba do Sul para a bacia do
212 Guandu; e agora vai ser encaminhada para apreciação do CNRH. Ela informou, ainda, que nos dias 8 e 9 de
213 novembro haverá reunião da CT de Cobrança e no dia 28 de novembro, da CT Institucional e Legal do CNHR,
214 quando será apreciada a Deliberação CEIVAP nº ..., que define os valores de cobrança a vigorar a partir de
215 2007. A Secretária executiva comunicou que a diretoria do CEIVAP pediu urgência na apreciação dessa
216 deliberação. A Sra. Aparecida Vargas informou, ainda, que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do
217 Estado do Rio de Janeiro vai analisar, na próxima semana, uma proposta de uma nova delimitação das regiões
218 hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro, atingindo diretamente a região da bacia do rio Paraíba do Sul dentro
219 desse Estado; e pela nova delimitação, deve ser consideravelmente ampliada, abrangendo a Lagoa Feia. Ela
220 explicou que essa alteração está sendo proposta, principalmente em função dos canais de Campos. Por último, a
221 Sra. Aparecida Vargas comunicou que a reunião festiva de final de ano, programada dentro das comemorações
222 dos 10 anos do CEIVAP, está marcada para o dia 7 de dezembro, na Light, município de Barra do Piraí (RJ). A
223 Sra. Vera Teixeira (ong NVNV/RJ), 2ª Vice-Presidente do CEIVAP, solicitou que não seja agendada reunião de
224 dois colegiados distintos no mesmo horário, como aconteceu no dia de hoje, 19/10/06, quando foram realizadas
225 reuniões do Conselho de Administração da AGEVAP e das Câmaras Técnicas do CEIVAP, na parte da manhã.
226 Aquelas instituições que têm o mesmo representante nos dois colegiados saíram prejudicadas por não poderem
227 participar das duas reuniões. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos membros do
228 Plenário, das autoridades e demais convidados e declarou encerrada a reunião, tendo a presente Ata sido lavrada
229 por mim, Virgínia Dias Calaes, secretária *ad hoc*, e, depois de aprovada pelo plenário, foi assinada pelo
230 Presidente do CEIVAP, Sr. Marco Aurélio de Souza, e pela Secretária Executiva, Sra. Maria Aparecida Borges
231 Pimentel Vargas.

232 **Ata aprovada na 3ª Reunião Ordinária do CEIVAP de 2006, realizada em 11/12/2006.**

233 Resende, 19 de outubro 2006

234
235 Marco Aurélio de Souza
236 Presidente do CEIVAP

Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas
Secretária Executiva do CEIVAP

237
238
239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280
281
282
283
284

LISTA DE PRESENÇA

Membros do CEIVAP

Minas Gerais: Paulo Teodoro de Carvalho (IGAM); Joaquim Arildo Borges (SEAPA); Ana Lúcia Bahia (FEAM); Patrícia Boson representando Rafael Cunha Nacif (FIEMG); Lúcia Helena Baldanza (UNIPAC) e representando, por procuração, Flávio Abdala do Amaral (Rodoviário Líder) e Felício Brum Lugão (Coletivos Muriaense e Associação Comercial de Muriaé); Maria Aparecida Pimentel Vargas (CAT-LEO) e representando João Paulo Goulart de Freitas (DEMSUR); Ricardo S. Pinto da Silva representando, por procuração, Marcelo Mello do Amaral (CESAMA); Edson Gomes Pinto (COPSA); Manoel Otoni Neiva (CFLCL); Humberto Ferreira de Oliveira (Consórcio do Rio Pomba); Antônio José Rodrigues Caldas Francisco (Consórcio do Rio Muriaé).

São Paulo: Edilson de Paula Andrade (Sec. Est. Energia, Recursos Hídricos e Saneamento); Marcos Martinelli (Sec.Est. Agricultura e Abastecimento); Paulo Eduardo Barcellos representando Lúcia Bastos Ribeiro de Sena (SMA); Luiz de Gonzaga Santos (PM Aparecida); Marco Aurélio de Souza (PM Jacareí); ... representando Eduardo Pedroza Cury (PM São José dos Campos); João Marcelino da Silva (Sindicato Rural de Monteiro Lobato); Danilo Henrique Vergílio (Votorantin); José Bosco Fernandes de Castro (SABESP); João Alberto Cardoso de Oliveira (CESP); Renan Caratti Alves (SAAE-Jacareí) e representando Davi Lino Monteiro (ABES/SP); Andréa Francomano Bevilacqua (Assoc. Adv. S. José dos Campos); Benedito Jorge dos Reis (FEMANT).

Rio de Janeiro: Vera Lúcia Leite Saboya (SEINPE); Marilene Ramos (SERLA); Lincoln Botelho da Cunha (PM Volta Redonda); Paulo César Oliveira Moreno representando Carlos Eduardo Tavares de Castro (Águas do Paraíba S.A); Maria Cristina Yuan (IBS); Maria Luiza Ferreira da Silva representando Carlos Eduardo Macedo (ASSEMAE e SAAE-Três Rios); Isabel Cristina da Silva (SAAE-VR); Sérgio Dias Canella (Furnas); Zenilson do Amaral Coutinho (ASFLUCAN); Renine César de Oliveira (SAAE-BM) e representando Roosevelt Brasil Fonseca (AMPAS); Vera Lúcia Teixeira (Ong Nosso Vale! A Nossa Vida!); Paulo Jorge Xavier de Souza (FUNDENOR/RJ); Fátima Casarin (Consórcio BNG-2); Mauro Pimentel representando José Alfredo Sertã (ABES/RJ); Tatiana Vils Alves de Souza representando Ninon Machado (Instituto Ipanema).

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Maria de Lourdes Davies de Freitas (IMAH/RJ), Marcelo Morgado (CIESP/SP), Mauro Viegas (FIRJAN/RJ), José Alfredo Sertã (ABES/RJ), Marcílio P.Campos Filho (PM Santa Branca/SP), Roberto Lamego (Salveaserra/RJ), Rogério Biggio e Marley Caetano (MMA), Cândido Menconi (Kaiser/SP), Fernando Lino do Nascimento (Light/RJ).

Lista de presença de convidados:

Oscar Cordeiro Netto (Agência Nacional de Águas - ANA), Eliane Barbosa (AGEVAP), Ana Cláudia Zamboti (PM Volta Redonda/RJ), Paulo Valverde (CESAMA/MG), Cláudia Grabher (Campanha Uso Racional da Água), Koji ... (DRD Consult Engenharia), Toshimitsu Fujita (Defesa Civil de São José dos Campos), Ana Maria de Gouvêa (Fundação Christiano Rosa), Luís Augusto Azevedo (FIRJAN), Roberto Ulisses Resende (Secretaria de Estado de Meio Ambiente/SP).